

## Clipping

### 5ª feira, 27/03/2008

Mendes assume presidência do CNJ.....	1
Yeda consegue apoio unânime a empréstimo .....	1
Socorro bilionário .....	2
Transportadores enfrentam bloqueios .....	2
Está mais fácil usar FGTS na casa própria .....	3
Servidores protestam.....	4
SUSPENSÃO DE CONCURSO VIRA POLÊMICA .....	4
Ministro critica gastos na construção de tribunais .....	4
Governo do Estado recebe o Cpers.....	4
Atempa faz mobilização.....	5
Desemprego sobe na região Metropolitana .....	5
Classe C já é maioria no país .....	6
Prejuízo de 500 mil dólares por dia no PSR .....	6
DESEMPREGO FICA ESTÁVEL EM FEVEREIRO .....	6
Brasil já tem 22 milhões de internautas residenciais .....	6
Medida prejudica inclusão social, diz sindicato das universidades privadas.....	7
Desemprego tem leve alta e fica em 14,5% nas regiões metropolitanas .....	7
Sindicalistas são presos por extorsão em Campinas .....	8
Movimento sindical deve colocar nas pautas reivindicações de saúde e segurança .....	9
MP 410: "emprego sem carteira assinada é caminho certo para ilegalidade e fraude no campo", adverte Anamatra .....	10
Punição mais rigorosa para trabalho escravo é adiada mais uma vez.....	10
TCU condena ex-gerente da ECT que assaltou a própria agência .....	11

## Mendes assume presidência do CNJ

Novo presidente do Conselho quer racionalizar gastos do orçamento

Com a promessa de racionalizar os gastos do orçamento do Judiciário e coibir despesas milionárias na construção de novos prédios da Justiça, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes assumiu ontem a presidência do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ele substituiu a ministra Ellen Gracie.

- É preciso que nós encontremos critérios, diretrizes e padrões para saber de fato se aqui ou acolá pode haver excessos. Nós administramos um orçamento exíguo, com limitações. Em alguns casos temos comarcas em que falta papel e em outros casos verificamos, às vezes, um excesso de obras - afirmou, sem citar uma construção específica.

O novo presidente do CNJ afirmou que pretende, durante sua gestão de dois anos, mapear a situação dos presos no Brasil e evitar casos como o da menina de 15 anos que dividia a cela com 20 homens em Abaetetuba, no Pará.

No dia 23 de abril, Mendes assume a presidência do STF, também em substituição a Ellen Gracie.

## Yeda consegue apoio unânime a empréstimo

Deputados aprovam ajuda do Bird para aliviar cofres gaúchos

Na prova de obstáculos que leva ao empréstimo de US\$ 1 bilhão do Banco Mundial (Bird), o Piratini superou ontem mais uma etapa.

Por unanimidade, o governo obteve autorização da Assembléia para fechar o negócio com o organismo financeiro internacional.

A transação aliviará os cofres públicos em R\$ 122,4 milhões ao ano, nos próximos cinco anos. Para receber o dinheiro, o governo depende de aprovação do Senado e do Bird. Se tudo der certo, a

primeira metade chegará aos cofres da Fazenda em junho.

Com o dinheiro estrangeiro, a Fazenda vai pagar credores que cobram taxas de juros mais elevadas. Em troca, vai seguir pagando o Bird - que pratica juros mais leves.

O primeiro projeto do governo aprovado por unanimidade na Assembléia sob a liderança de Márcio Biolchi (PMDB) custou 10 dias de trabalho. A governadora Yeda Crusius pediu empenho da equipe para aprovar com tranqüilidade a proposta e alertou que uma disputa apertada causaria má impressão ao Bird.

Com o secretário da Fazenda, Aod Cunha, como fiel escudeiro, Biolchi foi a campo: começou pela parte mais fácil, a base aliada. Nesta semana, chamou opositoristas para conversar.

Aod recebeu de Biolchi indagações de opositoristas e respondeu a muitas delas por escrito. Para firmar os apoios, Aod palestrou na terça-feira para os deputados.

Na véspera da votação, o governador em exercício, Paulo Feijó, reforçou o pedido de apoio. Feijó telefonou para mais de uma dezena de parlamentares. Ontem, ele esteve na Assembléia, mas se limitou a visitar o presidente Alceu Moreira (PMDB).

No clima de entendimento com a oposição, foram incluídas duas emendas do líder de bancada Raul Pont (PT) ao pedido de autorização para o empréstimo. Uma altera a redação do texto e outra garante o envio dos contratos ao Legislativo quando o empréstimo for formalizado junto ao Bird. Biolchi e Aod já conversaram com os senadores gaúchos e esperam que a autorização do Senado venha igualmente sem contratemplos.

( [adriano.barcelos@zerohora.com.br](mailto:adriano.barcelos@zerohora.com.br) )

ADRIANO BARCELOS

## Socorro bilionário

O Piratini pediu US\$ 1 bilhão ao Banco Mundial (Bird) para dívidas em que incidem juros mais altos.

Na prática, o governo fará como alguém com dívidas no cartão de crédito que pede dinheiro emprestado ao seu banco, por exemplo, a juros menores.

Que dívidas são essas?

Em 1998, o Estado renegociou com a União os valores devidos. Só que ficaram de fora outras pendências - chamadas de extralimite. Hoje, as dívidas renegociadas em 1998 respondem por 13% das receitas. Já as extralimite consomem 5% dos ganhos. São essas as que serão pagas com o dinheiro do Bird.

Com o empréstimo, o passivo extralimite se reduzirá a 3% da receita.

Quanto tempo o governo terá para pagar o empréstimo?

Terá 30 anos. Não há um período de carência, ou seja, o Piratini passará a pagar o empréstimo um mês depois de liberada a primeira das duas fatias de recursos.

A primeira parcela, de US\$ 500 milhões, está prevista para junho.

O que o Bird pedirá em troca?

As contrapartidas dizem respeito ao plano de reestruturação do Estado. Medidas como a aprovação do marco regulatório das Oscips e programas para tornar mais eficiente a Receita Estadual fizeram parte do acerto.

O que falta para o empréstimo sair?

Com a autorização da Assembléia para que o governo contraísse o empréstimo, obtida ontem, o Piratini depende agora do sinal verde do Senado.

No Banco Mundial, pelo valor elevado envolvido, a transação precisa passar pelo crivo da cúpula.

## Transportadores enfrentam bloqueios

Além da greve dos auditores fiscais da Receita Federal no Brasil, transportadoras e caminhoneiros gaúchos têm uma segunda razão para atrasar a entrada de cargas na Argentina. Os protestos de produtores rurais do país vizinho, que bloqueiam rodovias em todo o país, causam prejuízos

calculados em US\$ 1 mil ao dia por caminhão com carga parada, estima a Associação Brasileira de Transportadores Internacionais (Abti).

Segundo a entidade, cerca de 3 mil caminhoneiros brasileiros circulam por dia na Argentina e estariam sendo prejudicados pelos bloqueios. A barreira mais próxima do Brasil está em Saladas, na localidade de Quatro Bocas, distante a cerca de 120 quilômetros de Uruguaiana. Ontem, pelo segundo dia, caminhoneiros que saíram de Uruguaiana e pegaram a Ruta 14, que leva a Buenos Aires, enfrentaram em média uma hora e meia de espera em razão do protesto.

São pelo menos 300 pontos com bloqueios no país, segundo informação do sindicato rural da localidade argentina de Curuzu Cutia. Para o gerente executivo da Abti, José Élder Machado, os protestos na Argentina não são o principal motivo do prejuízo, mas ajudam a atrasar mais as cargas:

- A greve dos auditores (que ocorre no Brasil) causa mais transtornos. Depois que os caminhões passassem para a Argentina, poderiam seguir sem problemas, mas isso não está ocorrendo. Daí são duas horas numa barreira, uma noutra. Acaba atrasando ainda mais - explica.

## Barreiras não têm hora para acabar e só cessam à noite

Os ruralistas argentinos estão interrompendo as rodovias por uma hora. Depois, liberam por 15 minutos. Na província de Corrientes, região de ingresso dos caminhoneiros que saem do Rio Grande do Sul, são 10 pontos de bloqueio. De acordo com o presidente do Sindicato Rural de Curuzu Cutia, Miguel Marticorena, quando a Ruta 14, em Saladas, está cortada, juntam-se 200 caminhões, 70% dos quais brasileiros. Ele comenta que o tumulto maior de automóveis se deu na terça-feira, no sentido Brasil-Argentina, quando uma fila de cinco quilômetros se formou. Segundo Marticorena, os bloqueios não têm data para terminar e só cessam no período da noite.

Por dia, ingressa na Argentina uma média de 900 caminhões pelo Porto Seco de Uruguaiana, o ponto mais movimentado do Brasil na entrada de cargas para o país vizinho.

"Todo mundo perde com isso. Quem tem de receber a carga cobra da transportadora, que cobra do motorista. Mas não temos o que fazer".

## Está mais fácil usar FGTS na casa própria

Mutuário poderá sacar qualquer quantia para abater na dívida

O uso do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para ajudar no pagamento da casa própria foi facilitado. Trabalhadores que estiverem financiando um imóvel e quiserem utilizar o dinheiro disponível na conta do fundo para abater o saldo devedor não precisam mais ter quantia equivalente ao valor de 12 parcelas do crédito, como era até o ano passado.

A Caixa Econômica Federal publicou no Diário Oficial da União da segunda-feira passada uma alteração na regra que permite o saque de qualquer quantia da conta do FGTS do mutuário para abatimento da dívida da casa. Apesar de a formalização ter ocorrido nesta semana, a regra já valia desde o início do ano. A decisão de tornar mais flexível o uso do fundo ocorreu em outubro do ano passado, quando o Conselho Curador do FGTS, órgão que define a utilização dos recursos, tomou uma série de medidas com este objetivo.

Outra mudança facilita a vida de quem está com parcelas do financiamento em atraso. Os mutuários com até três parcelas em atraso vão poder usar o dinheiro do fundo no pagamento do crédito, desde que cumpram o prazo mínimo de dois anos entre um saque e outro. Antes, era preciso estar rigorosamente em dia para ter direito ao benefício.

Segundo Maria Enriqueta Arantes, assessora técnica do Conselho Curador do FGTS, a mudança veio para aperfeiçoar as regras.

São Paulo

As mudanças

- De acordo com a regra publicada no Diário Oficial da União, agora é possível sacar qualquer quantia da conta do mutuário para abatimento da dívida da casa própria. Também será possível

utilizar o recurso para pagamento de prestações em atraso, desde que os saques sejam feitos com intervalo de dois anos entre um e outro.

## Servidores protestam

Revoltados com a onda de assaltos no local de trabalho, os cerca de 200 funcionários da Secretaria Municipal de Obras de Santa Cruz do Sul paralisaram as atividades ontem à tarde. A mais recente vítima foi um servidor do Departamento de Trânsito, que teve sua motocicleta e a carteira roubadas.

- O atual presidente da Ugeirm - Sindicato dos Escrivães, Inspetores e Investigadores de Polícia do RS, Isaac Ortiz, foi reeleito para o próximo mandato, que se encerrará em 2011.

## SUSPENSÃO DE CONCURSO VIRA POLÊMICA

A suspensão do concurso da Emater, cuja realização foi um compromisso assumido pelo presidente Mário Nascimento após a polêmica demissão de 400 funcionários da empresa, no ano passado, será tema de uma reunião no dia 2 de abril, solicitada a Nascimento pelo deputado estadual Elvino Bohn Gass, em nome da Frente Parlamentar de Defesa da Extensão Rural. Bohn Gass não aceitou a justificativa de que a decisão está atrelada ao enquadramento da Ascar como entidade filantrópica. 'Este problema é antigo e era conhecido pela Emater antes das demissões e do compromisso assumido com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para a realização do concurso em contrapartida ao repasse de R\$ 10 milhões federais. Além disso, a questão já está sendo tratada no Ministério da Previdência, com acompanhamento da Frente Parlamentar', diz o deputado. 'É uma desculpa furada', completa Bohn Gass, ressaltando que a suspensão do concurso teve que ser anunciada porque o prazo estipulado por Nascimento para o concurso era março.

### DENISE NUNES – CP

Também amanhã, os servidores do Judiciário do Estado realizarão a primeira assembléia geral da categoria este ano. Na pauta, reajuste salarial e plano de carreira.

## Ministro critica gastos na construção de tribunais

Ao tomar posse ontem no Conselho Nacional de Justiça, o ministro do STF Gilmar Mendes defendeu menos gastos com a construção de novas sedes de tribunais. Em alguns casos, há desperdício de dinheiro público com este tipo de obra, disse. O ministro Marco Aurélio Mello ironizou a posição do colega, já que defende a manutenção dos gastos. Está sob sua responsabilidade a construção da nova sede do TSE, orçada em R\$ 335 milhões.

## Governo do Estado recebe o Cpers

Do encontro com SEC e Sefaz, sindicato saiu com a promessa de ter um calendário de negociação. Um calendário de negociação será estabelecido pelo governo estadual e o Cpers/Sindicato. Este acordo resultou do encontro de ontem entre a secretária da Educação, Mariza Abreu, o secretário adjunto da Fazenda, Ricardo Englert, e a direção do Cpers. Na reunião, a pauta de reivindicações do Magistério foi entregue ao Executivo, entre as quais, o pedido de estabelecimento de uma política salarial para os educadores. Amanhã, o Cpers realiza assembléia geral com indicativo de greve. A secretária disse acreditar que a categoria terá bom senso e não decidirá pela paralisação.

A exposição da atual situação financeira e das medidas adotadas para aumentar a receita do Estado, como o combate à sonegação fiscal, foi feita pelos representantes do governo. 'O canal de negociação está aberto', afirmou Mariza, também destacando os esforços do governo e as três parcelas atrasadas de mudança de nível do Magistério, que serão pagas em abril, maio e junho. Ela argumentou que a categoria será beneficiada pelos pagamentos referentes à Lei Britto, a partir de agosto. Sobre a possibilidade de greve, Mariza ponderou que em todo o país a suspensão das atividades têm obtido poucos resultados ao Magistério e muitos prejuízos à sociedade.

O Cpers aguardará o calendário de negociação da SEC. A pauta reafirmada ontem foi aprovada em agosto/2007, em assembléia. 'Queremos discutir política salarial e abertura de concurso público para funcionários e professores', frisou a presidente do Cpers, Simone Goldschmidt.

A avaliação do encontro com o governo será levada pelos dirigentes do Cpers à assembléia geral de amanhã, na Capital. Simone lembrou que, mesmo com a abertura de negociação, caberá a categoria decidir pela suspensão ou não das atividades. A última greve do Magistério foi em 2006.

## Atempa faz mobilização

A Associação dos Trabalhadores em Educação do Município de Porto Alegre (Atempa) participou ontem da assembléia geral do Sindicato dos Municípios de Porto Alegre (Simpa), no Centro de Eventos do Parque da Harmonia. A categoria já iniciou a mobilização para a data-base 2008, que ocorre em maio. Na pauta geral de reivindicações estão o reajuste salarial de 16,71%; o reajuste do vale-refeição, conforme aumento da cesta básica em Porto Alegre; e a progressão funcional.

Na pauta específica se destacam segurança nas escolas, com presença da Guarda Municipal; política de saúde; ampliação do quadro de professores para atender projetos pedagógicos; além da construção de escolas para substituir instalações provisórias, entre outros itens. O diretor geral da Atempa, Flávio Helmann, explicou que está se iniciando uma mobilização intensiva e regional. 'Este trabalho já começou, reunindo representantes de mais de 30 escolas, e continuará em abril,' informou.

## Desemprego sobe na região Metropolitana

Taxa subiu para 11,3% em fevereiro com 221 mil fora do mercado. No país, também o percentual pulou de 14,2% para 14,5%

A taxa de desemprego total na região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) registrou elevação em fevereiro, o que não havia ocorrido nos sete meses anteriores. Conforme levantamento da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED-RMPA), divulgada ontem, o índice de desemprego ficou em 11,3% em fevereiro, ante os 11,2% apurados em janeiro. Também no país, de janeiro para fevereiro, o percentual de trabalhadores desempregados subiu de 14,2% para 14,5%. O coordenador de pesquisas do Dieese, Francisco Oliveira, considera o crescimento do desemprego normal. Segundo ele, 'faz parte de um movimento sazonal'.

No mês passado, o contingente de desempregados na RMPA foi estimado em 221 mil pessoas, 3 mil a mais do que em janeiro. Esse aumento do desemprego já era esperado por especialistas. 'Nos primeiros meses do ano, é normal a queda da atividade econômica', considerou a supervisora da pesquisa pela FEE, Miriam De Toni. Na RMPA, porém, o índice é o menor para o mês de fevereiro desde 1997, e ficou abaixo da taxa de desemprego medida, no mês passado, em outras cinco regiões metropolitanas do país (São Paulo, Belo Horizonte, Distrito Federal, Recife e Salvador). Em fevereiro, o nível de ocupação na RMPA apresentou relativa estabilidade (0,3%). O total de ocupados no mês foi estimado em 1,738 milhão de pessoas.

Entre os principais setores de atividade econômica, a indústria registrou elevação de 2,6% nas ocupações, com mais 8 mil postos de trabalho. O comércio apresentou acréscimo de 4,2% das vagas, com o incremento de 12 mil ocupações, mantendo o desempenho positivo iniciado no mês anterior. O segmento de serviços teve queda de 1,3%, com a redução de 12 mil trabalhadores em seu contingente. A retração de atividades ligadas a segmentos como Educação influenciou na diminuição de empregos em serviços, conforme Miriam.

A pesquisa indicou que o emprego assalariado apresentou-se estável em fevereiro (-0,1%), o que refletiu os comportamentos positivo no setor privado (14 mil empregos) e negativo no segmento público (-15 mil postos de trabalho). No setor privado, destacou-se o crescimento do emprego assalariado com carteira (24 mil empregos), com redução entre os sem carteira (-10 mil). Os autônomos e os empregados domésticos obtiveram incremento no nível de ocupação (9 mil e 2 mil ocupados, respectivamente), enquanto o agregado de demais posições (engloba empregadores, profissionais universitários autônomos e donos de negócio familiar) teve redução de 4 mil postos.

Já o rendimento médio real em janeiro (nesse item, é considerado o mês anterior ao da pesquisa) registrou redução para os ocupados (-3%) e para os assalariados (-3,5%). Em termos financeiros, esses rendimentos passaram a corresponder, respectivamente, a R\$ 1.053,00 e a R\$ 1.050,00.

## Classe C já é maioria no país

São Paulo — A classe C já é maioria da população. No ano passado, 46% dos brasileiros pertenciam a essa camada social, contra 36% em 2006 e 34% em 2005. A classe C também foi a única que cresceu no último ano. De 2006 para 2007, quase 20 milhões de pessoas ingressaram no grupo, cinco vezes maior que no período anterior. A classe C reúne hoje 86,2 milhões de brasileiros com renda média familiar de R\$ 1.062,00. A maior parte do contingente – 12 milhões – é procedente das classes D e E. Outros 4,7 milhões vieram das camadas A e B.

## Prejuízo de 500 mil dólares por dia no PSR

Audidores fiscais da RF, reunidos em Uruguaiana, decidem manter a operação padrão sem descartar evolução para greve

Fred Marcovici

O presidente do Sindicato dos Despachantes Aduaneiros do RS, Lauri Kotz, lamentou a nova greve e a operação padrão dos auditores fiscais da Receita Federal do Brasil. Segundo ele, o preocupante é que depois de uma semana de greve não surja o menor indicativo de negociações entre o governo federal e os funcionários, enquanto os prejuízos recaem sobre os usuários do sistema. Kotz ressalta que nos pátios do Porto Seco Rodoviário (PSR) de Uruguaiana há 40 milhões de dólares em cargas paradas e o prejuízo diário é de 500 mil dólares, dividido entre os diversos segmentos da cadeia do comércio exterior. Revela que sindicato fez consulta ao setor jurídico da Fecomércio para saber se tributos, salários e despesas também poderão ser pagos na mesma proporção dos 30% obrigados a trabalhar no PSR. Concluiu que o sistema japonês poderia ser adotado (liberar todas as cargas e deixar o desembarço final pendente). Assim os intervenientes seriam desonerados e a pressão sobre o governo, por multinacionais, tremenda.

Para o delegado da Receita Federal em Uruguaiana, Josemar Dalsochio, a situação ainda é 'confortável'. Ele diz que o quadro não se agravou porque desde a semana passada ocorrem bloqueios nas rodovias argentinas em protesto contra o aumento de impostos sobre a produção primária. Há sinais de escassez de farinha de trigo em cidades fronteiriças, como Paso de los Libres e Santo Tomé. Ontem, em todo o país, foram montados 330 piquetes.

Segundo o representante da categoria, Marcelo Iza guirre da Silva, a reunião estadual de ontem, em Uruguaiana, com presença 42 fiscais de Porto Alegre, Rio Grande, Chuí, Santa Maria, Passo Fundo, Livramento e Pelotas entre outras, definiu pela manutenção da operação padrão, sem descartar a transição para o estado de greve. Izaguirre salientou que nos pátios do PSR estavam, no final da tarde desta quarta-feira, 784 caminhões aguardando por liberação, 84 já dispensados ainda não haviam deixado o terminal e 266 veículos estariam com senhas na espera para acessar os estacionamentos da Eadi Sul. Concluiu que a mobilização em Uruguaiana recebe um tratamento especial dada a importância estratégica do PSR para o Estado e o país.

## DESEMPREGO FICA ESTÁVEL EM FEVEREIRO

O desemprego na região metropolitana de São Paulo ficou estável em 13,6% no mês de fevereiro, mostrou pesquisa da Fundação Seade e do Dieese divulgada ontem. O total de pessoas sem trabalho na região foi estimado em 1,404 milhão.

## Brasil já tem 22 milhões de internautas residenciais

DA FOLHA ONLINE

O número de internautas residenciais brasileiros cresceu 4,5% em fevereiro, em relação a janeiro deste ano. No último mês, 22 milhões de pessoas no país navegaram na rede ao menos uma vez, em casa, contra 21,1 milhões de janeiro, segundo o Ibope/NetRatings.

"Além do recorde, vivemos o maior "boom" de crescimento desde o início das medições no país", disse Alexandre Sanches Magalhães, gerente de análise do Ibope.

Em relação a fevereiro do ano passado, houve crescimento de 56,7% nos acessos.

A categoria com maior aumento na audiência foi "Educação e Carreira" (14,4%), com 10,8 milhões de internautas residenciais. A seção tem sites de educação ou ligados à busca de empregos e foi alavancada principalmente por portais de universidades, que costumam ter apelo no início do ano letivo, segundo o Ibope.

Na segunda posição, estão os sites institucionais (10,3%), seguidos dos portais de notícias (9,3%). Segundo Magalhães, o crescimento dos endereços corporativos indica que "estamos observando a transferência do contato cliente-empresa para as páginas da internet".

O Brasil se mantém com os usuários que mais tempo ficam conectados, passando, em média, 22 horas e 24 minutos on-line por mês. Houve queda de 48 minutos na comparação com janeiro.

No terceiro trimestre, 39 milhões de pessoas acessaram a web de qualquer ambiente no país.

## Medida prejudica inclusão social, diz sindicato das universidades privadas

DA REPORTAGEM LOCAL

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

DA FOLHA RIBEIRÃO

DA AGÊNCIA FOLHA

O presidente do Simesp (sindicato que representa as universidades privadas de São Paulo), Hermes Figueiredo, afirmou que fechar vagas prejudica a inclusão social de estudantes de baixa renda.

"O próprio MEC defende que mais alunos, principalmente de baixa renda, entrem no ensino superior. Fechar vagas prejudica a inclusão social, que é uma bandeira do governo", disse.

Figueiredo disse também que, em geral, as vagas cortadas já estavam ociosas. "Agora, se forem cortar vagas que seriam preenchidas, isso pode causar demissão de professores."

José Nasser, diretor da Unip, disse que a instituição ainda não recebeu proposta alguma de redução de vagas.

O orientador de ensino da Faculdade Brasileira de Ciências Jurídicas (RJ), Carlos Alberto, afirmou que a faculdade já assinou um acordo com o MEC para reduzir o número de vagas de 1.000 para 670.

Já o reitor da Unicastelo, Gilberto Luiz Moraes Selber, diz considerar a iniciativa importante na defesa dos alunos.

A coordenadora do curso de direito da Fadisc (Faculdades Integradas de São Carlos), Lara Sene me Ferraz, disse que a instituição ainda não discutiu com o MEC o fechamento de vagas.

A Faculdade Integral Cantareira informou que tem 98% de índice geral de satisfação expressado por seus alunos, medido pela avaliação institucional em novembro.

O diretor-acadêmico de direito da Univap (Universidade do Vale do Paraíba), Luiz Carlos de Aquino, disse que a instituição recebeu nesta semana do MEC um termo indicando melhorias no curso.

O Grupo Anhangüera Educacional, mantenedor da Faculdade Comunitária de Campinas, disse por meio da assessoria que irá aguardar comunicado do MEC acerca da questão.

A reportagem não conseguiu contato, ontem, com a direção da Anup (Associação Nacional das Universidades Particulares) e com a Universidade de Mogi das Cruzes. Não responderam ao contato da Folha a Universidade de Santo Amaro, Abeu Centro Universitário (RJ) e Uniban.

## Desemprego tem leve alta e fica em 14,5% nas regiões metropolitanas

FolhaNews, de São Paulo

27/03/2008

A taxa de desemprego em seis regiões metropolitanas do país --Belo Horizonte, Distrito Federal, Porto Alegre, Recife, Salvador e São Paulo - atingiu 14,5% em fevereiro, uma pequena elevação em relação ao mês anterior (14,2%). Na região metropolitana de São Paulo, o desemprego ficou estável em 13,6%, segundo os dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), divulgados pela Fundação Seade e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). No mês passado, o contingente de desempregados nas seis regiões foi estimado em 2,853 milhões de pessoas, 50 mil a mais que em janeiro. O número de postos de trabalho eliminados (65 mil) superou o de pessoas que saíram do mercado de trabalho (14 mil). Já o número de ocupados nas seis regiões foi calculado em 16,8 milhões de pessoas, e a população economicamente ativa PEA em cerca de 19,7 milhões.

Entre as outras regiões metropolitanas pesquisadas, houve alta no desemprego em Salvador (19,8% para 20,9%), Distrito Federal (16,9% para 17,6%), Recife (18,2% para 18,9%) e Belo Horizonte (11% para 11,4%), enquanto em Porto Alegre houve estabilidade (11,2% a 11,3%).

Em São Paulo, no mês passado, o contingente de desempregados foi estimado em 1,4 milhão de pessoas. Em fevereiro, o nível de ocupação (8,9 milhões) em São Paulo cresceu 0,1% em relação ao mês anterior, em comportamento não esperado para este mês, quando geralmente verifica-se redução do indicador.

Por setor, o comércio (2%, com desempenho positivo pelo quarto mês consecutivo) deu a maior contribuição, enquanto serviços teve alta de 0,3%, o que compensou a diminuição no agregado outros setores (2,8%) e a variação negativa na indústria (0,4%).

A renda dos ocupados em São Paulo caiu 0,3% de dezembro para janeiro (para R\$ 1.143), e a dos assalariados recuou 0,6% (para R\$ 1.195). Em relação ao ano passado, os rendimentos médios reais de ocupados e assalariados recuaram 2% e 2,6%, respectivamente.

## Sindicalistas são presos por extorsão em Campinas

Plantão | Publicada em 26/03/2008 às 21h49m

EPTV

SÃO PAULO - Três representantes do Sindicato dos Motoristas e Cobradores de Campinas foram presos nesta quarta-feira quando extorquiam um representante de uma empresa de plano de saúde. Eles exigiram R\$ 600 mil em dinheiro por terem influenciado os trabalhadores a aceitar um novo contrato. A empresa denunciou o caso ao Ministério Público e à Polícia Civil. Foram presos a advogada do sindicato, Kátia Gomide, um representante da entidade, Marcos Cará, e o tesoureiro, Gabriel Francisco Souza.

Uma câmera escondida gravou várias reuniões entre membros do sindicato e diretores da empresa de convênio médico. Os sindicalistas exigiam da empresa recém-contratada pela Associação das Empresas Permissionárias de Ônibus (Transurc) uma comissão informal por terem convencido os trabalhadores a pagar mais pela assistência médica. Em uma das reuniões, o sindicalista Marcos Cará disse ao diretor da empresa médica:

- Muito pior do que vender é convencer o pessoal a pagar mais do que eles pagavam. Nós fizemos isso, regularizamos, colocamos o Departamento Jurídico à disposição para fazer tudo isso, pra depois dizer...oh não...só 30% - disse.

Ainda segundo os representantes, tudo já havia sido acertado com a Transurc. Em outras reuniões, Marcos Cará disse:

- Todo tempo os empresários disseram para nós: Faz a lição de casa de vocês que do outro lado está tudo certo. Os empresários sabiam disso, a Transurc sabia e vocês também sabiam - afirmou.

A comissão exigida corresponderia a 100% da mensalidade repassada pela associação ao plano de saúde, cerca de R\$ 600 mil. E o valor não poderia ser negociado.

- Para sindicato é uma fatura inteira e ponto final. Isso é sagrado no movimento sindical. Todo mudo sabe o que é que é isso. Agora vem falar em 30%. Tá pensando que está falando com quem, com idiota? - disse a advogada do sindicato, Kátia Gomide, que também assessora o Sindicato dos Servidores de Campinas, inclusive fazendo denúncias de funcionários fantasmas na administração municipal.

Sem acordo sobre o valor a ser repassado aos sindicalistas, eles fizeram ameaças:

- Sabe o que nós vamos fazer? Nós vamos pedir para esse benefício ser jogado nos salários. E vamos fazer greve para isso. Esse benefício vai ter que ser repassado em percentual no salário. Aí o trabalhador faz o convênio que ele quiser. Quero ver o que o senhor vai fazer com o contrato, com a Transurc, com todo mundo - ameaçou Marcos Cará.

Os representantes do sindicato insistiram em que o acordo verbal teria um peso de pacto de cavaleiros.

- Se o senhor fez um pacto, esse pacto tem que ser mantido. É o fio do bigode no movimento sindical. Ninguém rompe esse bigode. Pelo menos ninguém rompe e fica impune - ameaçou a advogada Kátia Gomide.

O negociador da empresa de saúde fingiu depois aceitar o acordo e perguntou se deveria pagar em dinheiro ou cheque. Kátia Gomide respondeu que preferia dinheiro e ainda fez uma concessão, que poderia ser em duas vezes.

Depois destas reuniões gravadas, um novo encontro foi marcado com os sindicalistas. Seria para o pagamento dos R\$ 600 mil. O funcionário da empresa de saúde levou parte do dinheiro, e quando saiu para buscar o restante, policiais e o Ministério Público entraram na sala e deram vós de prisão. Os três foram algemados. Kátia Gomide ainda perguntou ao delegado.

- O senhor vai me algemar, o que é que eu fiz? - disse.

Para o promotor de Justiça Luiz Alberto Bevilacqua, ameaçar o sistema de transporte com greve é extorsão. O delegado, Eduardo Simões, disse que o inquérito instaurado é que vai dizer se outras pessoas estão envolvidas.

- Outras diligências devem ser feitas - afirmou o promotor.

Logo após a prisão dos representantes, a EPTV esteve no Sindicato dos Motoristas e falou com o presidente Matusalem de Lima. Ele negou saber da extorsão que os membros da entidade faziam.

- Eu não tenho conhecimento - disse Matusalem.

Questionado sobre o fato de a advogada Kátia Gomide ter citado o nome dele nas negociações com a empresa, o presidente disse que "alguém vai ter que provar". Lima disse também que a cotação de mercado é feita pela Transurc e cabe apenas ao sindicato discutir os valores a serem descontados das folhas de pagamento dos funcionários. Questionado também sobre a prisão dos membros do sindicato limitou-se a dizer:

- Fui pego de surpresa - afirmou.

Estas também foram as palavras do diretor de Comunicação e Marketing da Transurc, Paulo Bardal.

- Nós fomos pegos de surpresa por esta notícia - afirmou.

Há um mês, dois diretores da Transurc foram informados pelo Plano de Saúde sobre o que estava acontecendo. Bardal disse que a Transurc afirmou que não concordava com esta prática. Ele disse ainda que os diretores da associação de ônibus ainda não se reuniram para discutir o assunto.

## Movimento sindical deve colocar nas pautas reivindicações de saúde e segurança

Os anos de hegemonia neoliberal puseram o sindicalismo na defensiva. Os trabalhadores amargaram desemprego, arrocho e perda de direitos. As condições de trabalho pioraram, com acidentes e incidência de velhas e novas doenças do trabalho.

Quando a curva neoliberal começou a apontar para baixo, o movimento sindical iniciou a corrida atrás do prejuízo, buscando, primeiramente, reposição das perdas e algum aumento real. Os três últimos anos, principalmente, foram de aumento real para grande parte das categorias, estabelecendo um ciclo de recuperação do poder de compra dos salários.

Ainda assim, as campanhas salariais continuaram muito restritas aos itens econômicos. As chamadas cláusulas sociais, na verdade, só foram repostas nas pautas em 2007 e continuam na mesa de negociações agora em 2008. Mas houve pequenos avanços, indicando que já se rompeu o cerco patronal a reivindicações não-econômicas.

Porém, restou um saldo negativo, que é justamente a questão da saúde e segurança no trabalho. Com a globalização selvagem e o recuo do movimento trabalhista, o patronato não investiu em segurança e dificultou a ação sindical nesse quesito.

#### Denúncia

Agora, com a economia crescendo e o sindicalismo na ofensiva, é preciso retomar a bandeira da segurança no trabalho. Retomar, colocando esse pleito nas pautas de reivindicações. Retomar por meio dos veículos de comunicação das entidades, alertando para os riscos, denunciando acidentes e orientando a luta nos locais de trabalho.

A vida concreta acabou derrubando os dogmas neoliberais e hoje ninguém mais acredita na face humana da globalização. O Brasil não quebrou. Ao contrário, o PIB cresce e as empresas faturam alto, com seguidos movimentos de expansão. É hora, portanto, de cobrar nossa parte na questão da segurança e na humanização dos ambientes de trabalho.

#### Cobrança

Importantes categorias iniciam campanhas salariais. As pautas reivindicam reposição, aumento real e qualificação. Mas a questão da segurança, quando aparece, está em segundo plano.

É um erro, pois a hora é oportuna para recolocar a saúde e a segurança na pauta, cobrando investimentos dos patrões e apoio dos entes governamentais. É hora de retomar essa bandeira que os anos pesados de hegemonia neoliberal nos impediram de pôr na mesa de negociações. (Fonte: Agência Sindical)

## MP 410: "emprego sem carteira assinada é caminho certo para ilegalidade e fraude no campo", adverte Anamatra

O debate em torno da MP 410/07, que cria a modalidade de contrato temporário de trabalhador rural por prazo de até dois meses dentro do período de um ano, sem carteira de trabalho, continua vicejando controvérsias e divergências. Agora, quem se posiciona contrariamente à medida provisória é a Anamatra (Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho).

A entidade distribuiu hoje (26), na sessão da Comissão de Trabalho da Câmara, manifesto “pela rejeição da MP 410/07”. No texto, a Anamatra adverte, que “emprego sem carteira assinada é caminho certo para ilegalidade e fraude no campo”.

A Associação adjetiva a MP de “nefasta” e também afirma que, “abre-se a possibilidade de utilização da citada modalidade de contratação para camuflar a contratação ilegal de trabalhadores e, até mesmo, servir de defesa nos casos de flagrantes de trabalho escravo ou degradante”, pontifica o manifesto.

“A Carteira de Trabalho, devidamente anotada pelo empregador, é direito do cidadão e não pode ser relegada a simples formalidade”, defende.

Leitor da Agência DIAP, em Monte Azul Paulista, município do estado de São Paulo, chama a atenção para o que a Anamatra está a antecipar: “aqui neste setor, os patrões já descumprem a lei de registrar a carteira, com esta lei [MP 410] eles vão nadar de braçada, isso é uma piada, tem que registrar, não custa nada, e é um direito de muitos anos.” (Marcos Verlaine)

## Punição mais rigorosa para trabalho escravo é adiada mais uma vez

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados adiou hoje pela segunda vez, a votação do PL 5.016/05, do senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), que pune com mais rigor a prática do trabalho escravo.

A matéria torna mais clara a definição de trabalho escravo e eleva a pena para quem pratica esse tipo de crime. De acordo com o texto, será considerado trabalho escravo a sujeição do trabalhador por meio de fraude, violência, ameaça ou qualquer tipo de coação. A pena será de cinco a dez anos

de reclusão, além de multa. Atualmente, a pena para esse crime varia de dois a oito anos de reclusão e multa.

#### Adiamento

Na semana passada, a matéria chegou a ser debatida no colegiado mas, um pedido de vista do deputado Nelson Marquezeli (PTB/SP), prorrogou sua apreciação. Desta vez, quem protagonizou o adiamento da votação do projeto foi o relator, deputado Vicentinho (PT/SP), com novo pedido de retirada de pauta.

O relator quer emitir parecer favorável à matéria, e disse que a retirada de pauta da proposta é por tempo indeterminado. Ele pretende conversar com os interessados na matéria, tanto do lado dos trabalhadores, quanto do lado patronal, para tentar construir um parecer consensual. Vincentinho chegou a sugerir a criação de uma subcomissão para debater a matéria. (André Santos)

## TCU condena ex-gerente da ECT que assaltou a própria agência

SÃO LUÍS - O Tribunal de Contas da União (TCU) condenou o ex-funcionário da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) Arlionaldo Lopes Sousa à devolução de R\$ 46.599,13 aos cofres da estatal. Sousa é réu confesso na participação de um assalto simulado realizado na Agência Turiaçu (MA), em que era gerente, para ocultar a falta de dinheiro dos caixas.

O TCU também multou o ex-funcionário em R\$ 5 mil e autorizou a cobrança judicial das dívidas. O tribunal encaminhou cópia da documentação à Procuradoria da República no Maranhão para as medidas cabíveis. O relator foi o ministro Benjamim Zymler. Cabe recurso da decisão.